## I CONGRESSO INTERNO DA UERJ

## Luis Fernando Ramadon

 Desde o momento em que foram frustradas as eleições para Reitor de 1983, a comunidade percebeu que sem discutir a UERJ profundamente, todas as tentativas de democratizá-la e modernizá-la seriam em vão. Logo após a sua posse, o Reitor Charley Fayal se empenhou para tornar realidade a primeira autocrítica que a Universidade iria fazer em toda a sua história, expedindo o Ato Executivo no 1.354, de 5 de abril de 1984, delegando ao Vice-Reitor Ivo Barbieri a tarefa de coordenar e realizar o “I Congresso Interno da UERJ”.

 Os objetivos que nortearam os trabalhos, foram consubstanciados na Ordem de Serviço no 1, de 27 de abril do mesmo ano, e retratavam, fielmente, as aspirações do Movimento Universitário: I) promover a tomada de consciência por parte dos corpos docentes, discente e administrativo das funções da Universidade no contexto da sociedade contemporânea; II) repensar a Universidade enquanto lugar de produção do conhecimento, de formação de profissionais e de prestação de serviços; III) formalizar, através de ampla participação da comunidade universitária, propostas de desenvolvimento e transformação da UERJ; IV) propor mecanismos que possibilitem a permanente atualização e avaliação do desempenho acadêmico; V) discutir a questão do poder universitário e propor formas e métodos de decisão consoantes com o princípio de participação democrática da comunidade universitária; e VI) viabilizar a implementação das propostas aprovadas.

 Uma Comissão Organizadora foi estabelecida e dela participaram o Vice-Reitor Ivo Barbieri; o Professor Hélio Barreto, representando o Conselho Universitário e foi substituído pelo Professor Mauro Velho de Castro Faria; o Professor Fernando Bevilacqua, representando o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e foi substituído pelo Professor Antônio Augusto Quadra; a Professora Regina Weissmann, pela ASDUERJ; e servidora Elisa Maria dos Santos, pela ASUERJ; a aluna Ilcilene Bottari, pelo DCE, substituída por Ricardo Cholbi Tepedino.

 Foram cinco meses, de maio a setembro, de intenso trabalho preparatório, com o Congresso servindo, inclusive, para que se fosse colocado em segundo plano, a frustração pela nomeação de Charley Fayal e o cancelamento das eleições diretas. Neste período, intelectuais ou não, se debruçaram sobre suas máquinas de escrever, dirigindo suas idéias para os temas: objetivos e fins da Universidade, subdivididos em gerais, ensino, pesquisa e extensão; o poder na Universidade; e a gestão na Universidade. No final, foram apresentadas mais de cem teses apresentadas pelos seguintes membros da comunidade universitária:

**Objetivos da Universidade -**

    Adelina dos Santos Brandão; Américo Piquet Carneiro; Ana Maria de Moraes; Andréa C. H. Góes; Angela Pereira de Souza Reis; Antônio Estevam Lima Sobrinho; Aquiles Cortes Guimarães; Armando Dias Tavares; Ary Gonzales Galvão; Berenice Picanço de Oliveira; Bernardo Severo da Silva Filho; Carlos Alberto Pereira de Oliveira; Carlos Haroldo Porto Carreiro; Clarice Barroca de Andréa; Cláudia M. de Almeida; Creusa Capalbo; Deise Cerqueira Palmieri; Dorotora do R. da Silva; Ediraldo Matos Silva; Edmée Nunes Salgado; Elizabeth Pereira de Oliveira; Eny Lea Gass; Ester Suzan Gugenheim; Fátima Maria Pereira dos Santos; Fernando Luis Moura de Carvalho; Guilherme Castelo Branco; Hanser B. Raposo; Hélio Marques da Silva; Heloísa Bravo Dolezal; Ira Maciel; Isac João Vasconcellos; Ivair Coelho Lisboa Rademaker de Nogueira Itagiba Filho; Ivanita Gil Villon; Jaime Lisandro Pacheco; José Angel Balado Area; Lara Carneiro Silva; Leda de Azevedo; Leila Maria Mosca Rolim de Albuquerque; Lélia Duarte da Silva Santos; Luiz Carlos do Rego Lima; Luiz Machado; Marcella Mortara; Marcus Azazield; Maria Cristina Lentgraf; Maria de Fátima Alves; Maria de Lourdes Ramalho; Maria de Jesus da Silva Goulart; Maria do Céu Chagas; Maria Teresinha Nóbrega da Silva; Marilene F. De Oliveira; Marinete do Carmo dos Santos; Mônica Valéria Batista Marinho; Nilo Barbosa Mota; Nízia de Assis; Regina Helena Wendland; Reinaldo Guimarães; Renata Fachada; Rooselvet Pinto Sampaio; Rosângela Heuseler; Sandra Elizabeth Guimarães; Sérgio Verani; Sônia Regina Passos; Sueli do R. da Silva; Verônica Monteiro da Silva; Waldete Alvarenga; Wanda Pinheiro e Weber Figueiredo da Silva.

**O Poder na Universidade -**

 Antônio Carlos Ferrão; Carlos César Ottaviano; Dinah Oliveira Santos; Dirce Cortes Riedel; Elizabeth Pereira de Oliveira; Ely Santos; Hélio Marques da Silva; Hésio de Albuquerque Cordeiro; José Eustáquio Bruno; Marinete do Carmo dos Santos; Paulo Gadelha; Regina Maria Weissmann; Reinaldo Guimarães e Ronaldo do Livramento Coutinho.

**Gestão na Universidade -**

    Agnes Milley; Alberto Cipiniuk; Aldezirene Cerqueira; Alzira Tereza Garcia Lobato Nunes; Ana Maria Veloso; Antônio Carlos Ferrão; Antônio Pires Filho; Arnaldo Niskier; Ayrton Luiz Gonçalves; Carmem Cenira Oliveira; Carmen Silvia Lemos; Cléa Soares Cerqueira; Dalva Salim; Dinah de Oliveira Santos; Dirce Cortes Riedel; Elaine Mary Meneguci; Eliane Passos Pereira; Eliane Zagury; Elizabete Moraes da Costa; Enéas Querin Fernandes; Ester Susan Guggenheim; Evair Marques; Fátima Cristina Dias Rocha; Francisco Aruajar Passos Reis; George Alves; Gerson Noronha Filho; Gilberto de Oliveira Carneiro Lins; Guilherme Castelo Branco; Helen Macedo Nasser; Henriqueta Lima do Couto; Isac João Vasconcelos; Ivani Barbosa; Ivanita Gil Villon; Lená Medeiros de Menezes; Leonardo França Campos; Lúcia Muniz Figueiredo; Luiz Carlos do Rego Lima; Luiz Muniz Barreto; Magna Maria Passos; Marcella Mortara; Maria de Cássia Frade; Maria do Céu Chagas; Maria Glória Guimarães; Maria Jalma Santana Duarte; Maria Luíza de Sá; Maria Nadeje Cavalcante; Maria Rita Silva Nina; Marília de Lourdes Mader Pereira; Marília Rothier Cardoso; Mário Sérgio Nascimento; Mariza Gonzaga da Silva; Marli de Azevedo; Míriam Terezinha de Carvalho; Nelson Rodrigues Filho; Nuno Álvares Pereira; Nysia Oliveira de Sá; Olga Corrêa de Sá; Paulo Cavalcante de Oliveira Leme; Regina Maria Weissmann; Renato Cordeiro Gomes; Romulo Batista Morato; Rosane Bueno; Sérgio Lima; Sílvia Regina Pinto; Sônia Mello; Sulamita Castro Azevedo e Silva; Therezinha do Prado Valladares; Therezinha Peres de Castro; Vera Lúcia Albuquerque Sant’Anna; Vera Lúcia Follain de Figueiredo; Virgínia Maria Garcia Lobato e Wanda Coelho e Silva.

 Além do trabalho intelectual, houve o trabalho político para a escolha dos delegados, motivado pelo modo quase que consensual da aprovação de uma forma proporcional de participação das unidades administrativas e acadêmicas. Praticamente toda a Universidade se envolveu no processo, e os delegados foram escolhidos democraticamente.

 No dia 1o de outubro, o Reitor Charley Fayal, abriu oficialmente o Congresso, dissertando sobre o que já havia realizado em seu mandato e a oportunidade do evento. Presidiu a cerimônia o Chanceler da UERJ, Professor Darcy Ribeiro e também fizeram uso da palavra o Vice-Reitor Ivo Barbieri, o então Presidente da ASDUERJ, Luiz Fernando Magalhães Couto, o Presidente da ASUERJ, Carlos César Ottaviano e o Presidente do DCE Ricardo Cholbi Tepedino.

 Prevista para terminar no dia 5 de outubro, o Congresso acabou se estendendo até o dia 9 do mesmo mês, quando, pela última vez, os delegados-professores levantaram seus crachás azuis, os delegados-alunos os seus crachás verdes e os delegados-servidores os seus crachás rosas.

 As propostas vencedoras quase sempre eram por maioria esmagadora de votos, pois elas chegaram à plenária final muito discutidas nas plenárias temáticas, e mostravam que a comunidade acadêmica desejava mudanças. Entretanto, a proposta que causou maior polêmica, cujos os votos dos delegados teve que ser contados duas vezes, perdendo-se mais de uma hora em discussões, não foi uma proposta acadêmica, mas era relacionada aos alunos, pois estes tinham, desde o primeiro semestre, iniciado uma campanha com bastante mobilização. Esta proposta, que tantas paixões suscitou, era a de se permitir o uso de bermudas na UERJ, pois não era permitido. Essa discussão foi de excelente nível e serviu para descontrair os delegados que lotavam o Teatrão. A proposta foi aprovada.

 As principais propostas aprovadas foram as seguintes:

1 - Eleições Diretas para todos os níveis, administrativos e acadêmicos, de chefia e vice-chefia, inclusive do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, e para Reitor e Vice-Reitor, com a participação dos três segmentos: professores, funcionários e alunos;

2 - participação dos funcionários no Conselho Universitário, com a participação de 20% do total de membros e sua participação no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa;

3 - Extinção das Congregações e fortalecimento dos Departamentos;

4 - Ampliação da representação estudantil nos colegiados para os 20% permitidos por Lei;

5 - Extinção dos cargos vitalícios nos Conselhos Superiores, continuando como membros natos e tendo direito a voto o Reitor, o Vice-Reitor e os Sub-Reitores;

6 - O Conselho de Curadores passa a ser constituído de sete membros, sendo dois indicados pelo Governo do Estado e dos cinco eleitos pela comunidade universitária, dois seriam da sociedade fluminense;

7 - Elaboração do Regimento Geral e dos Regimentos Internos das Unidades Universitárias, com a participação da comunidade;

8 - Regulamentação da carga horária docente obedecendo o regime de 20 e 40 horas;

9 - Condicionamento do exercício da atividade acadêmica a concurso público;

10 - Criação de Um Conselho Setorial, deliberativo, como instância intermediária entre os Departamentos e os Colegiados Superiores, composto do Diretor do Centro e seu Vice-Diretor, Chefes de Departamento, Diretores de Unidade e representantes dos três segmentos, com o objetivo de trocar informações e integração e avaliação das atividades;

11 - Participação dos Diretores de Centro, eleitos diretamente, nos Conselhos Superiores, como membros natos;

12 - Representação docente nos Conselhos Superiores: 12 professores eleitos diretamente, segundo um critério de proporcionalidade ao número de professores de cada carreira do Magistério;

13 - Dotação orçamentária para a ASUERJ, DCE e ADUERJ;

14 - Apresentar junto ao Poder Legislativo um projeto de Lei que atribua competência de alterar o Estatuto da UERJ a um Congresso Universitário, composto paritariamente por delegados dos três segmentos, eleitos diretamente por seus pares;

15 - Criação do Instituto de Artes da UERJ;

16 - transformação, efetivação e reconhecimento do curso de Pedagogia de Caxias como Unidade;

17 - Reconhecimento e real efetivação do Colégio de Aplicação como Unidade da Universidade e sua transferência para o Campus;

18 - Implantação de uma Faculdade de Turismo;

19 - Revigoração da Biblioteca Central e sua desvinculação da DGA, passando-a para a Reitoria;

20 - Reavaliação e discussão do sistema de controle de freqüência de todas as Unidades da UERJ e Crachás para identificação dos Servidores;

21 - Rompimento da UERJ com o Cesgranrio;

22 - Reinstituição da Monitoria remunerada;

23 - Fixação do índice de 5% a 10% do salário mínimo para a semestralidade paga pelos alunos;

24 - Transformação do Prédio dos Alunos em Prédio da Comunidade-UERJ;

25 - Implantação da creche;

26 - Alimentação à comunidade universitária subsidiada pela UERJ;

27 - Formação de uma Divisão de Transportes autônoma;

28 - Facilidade de transferência de alunos (funcionários da UERJ) de outras universidades para a UERJ , com isenção da taxa de transferência;

29 - Fixação definitiva de um percentual de vagas no Colégio de Aplicação a filhos de Professores e Funcionários;

30 - Cursos de alfabetização para servidores analfabetos e também de 1o e 2o graus para servidores interessados;

31 - Elaboração do Diário oficial da UERJ que garanta a publicidade de todos os atos de sua administração;

32 - Criação de um boletim científico interno onde sejam publicados os trabalhos ou resumos de trabalhos de professores e alunos da UERJ.

 Muitas destas propostas foram implementadas com o decorrer do tempo e tantas outras talvez nunca sejam implementadas. O importante é que a Universidade teve a oportunidade se conhecer um pouco mais, e realmente foram confirmadas as palavras do Vice-Reitor Ivo Barbieri de que “a partir desse Congresso, a UERJ começou, de fato, a ser uma Universidade”[[1]](#footnote-1)[1].

[(voltar)](file:///C%3A%5CMeus%20documentos%5Cminhaweb5%5Ccongresso.htm#ramadon#ramadon)

## A ESTATUINTE

 No início de 1988, o DCE-UERJ iniciou a mobilização pela “Estatuinte, Já”, com reuniões do Conselho de Entidades e com a distribuição de adesivos entre os alunos. Em sessão do dia 10 de maio de 1988, o Conselho Universitário aprovou a criação de uma Comissão para elaborar uma proposta de Regimento da Estatuinte. A campanha dos alunos ganhou vulto e chegou à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, que aprovou a Lei no 1.318, de 10 de junho de 1988, estabelecendo que o “Estatuto da UERJ deverá ser elaborado pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho Estadual de Educação e promulgada pelo Reitor”. Com esta Lei, foi revogado o artigo 10, da Lei no 93, de 15 de dezembro de 1961, que estipulava que o Conselho Universitário elaborava o Regimento e este era aprovado por Decreto do Governador.

 Com a parte jurídica resolvida a UERJ poderia então começar a modificar seus estatutos, de acordo, inclusive, com o que foi decidido pelo I Congresso Interno da UERJ. As primeiras manifestações mais detalhadas sobre o assunto veio da ASDUERJ, que realizou em julho de 1988 o “Seminário sobre a Estatuinte”, para discutir os temas “Encaminhamento e organização do processo”, “Funções e objetivos da Universidade”, “Estruturas Administrativa e Acadêmica” e “Carreira do Pessoal de Nível Superior” e propondo que os novos estatutos fossem elaborados de 1o de setembro a 30 de novembro de 1988. Enquanto isso, o Conselho Universitário tinha criado uma comissão para fazer um projeto sobre o formato da Estatuinte.

 Um ano passou rapidamente e nada de concreto tinha acontecido. O Conselho Universitário se reunia e pouco decidia sobre a elaboração da Estatuinte, até que na sessão de 2 de outubro de 1989, definiu-se que ela não seria paritária e que o Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa participariam diretamente. Na sessão do dia 12 de outubro, realizada no Teatrão, foi aprovada a Resolução no 558, que estabelecia a formação de uma Comissão Técnica constituída de três membros de cada Conselho e presidida pelo Reitor, que faria um estudo das normas e elaboraria uma proposta de anteprojeto dos novos Estatuto e Regimento, que seriam discutidos em todas as unidades da UERJ; e a eleição de delegados dos três segmentos, sendo um professor de cada categoria docente e um estudante por centro, além de oito servidores, que se incorporariam aos membros do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, limitando o prazo para o encerramento dos trabalhos, em 30 de julho de 1990. Esta decisão desagradou profundamente o Movimento, que além de não indicar ninguém para participar da Comissão, pretendia fazer a Estatuinte aos moldes do Congresso Interno, sendo que essa deveria ser soberana.

 Em março de 1990, a Comissão Técnica presidida pelo Reitor e formada pelos Professores Antônio Celso Alves Pereira, Flávio Joaquim de Souza, Hélio Barreto, José Ribamar Bessa, Nelson Rodrigues Filho e Roberto Alcântara apresentou o resultado de seu trabalho, iniciado em novembro do ano anterior.

 Os anteprojeto de Estatuto e de Regimento estabeleciam a criação de um Conselho Comunitário, previsto pela Constituição Estadual, de caráter consultivo; a extinção do Conselho Departamental e criação do Conselho da Unidade; o acréscimo ao Conselho Universitário da participação dos Diretores de Unidades e a exclusão dos ex-Reitores; que a composição do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa fosse acrescida da participação de um representante eleito de cada Conselho da Unidade, substituindo os representantes do Centros, um representante de cada categoria docente e por um representante da FAPERJ; que os candidatos a Reitor tivessem o título de Livre-Docente ou de Doutor, e mais de cinco anos consecutivos na UERJ; que a escolha do Reitor fosse através de eleição na qual o voto do Professor valesse 70%, o do Aluno 20% e do Servidor 10%; a extinção do Conselho de Curadores e a criação de uma Auditoria Superior; a extinção dos Centros Setoriais; a criação da Sub-Reitoria de Planejamento e da Sub-Reitoria de Administração, sendo que esta poderia ser ocupada por servidor técnico-administrativo e as demais somente para professores com título de Doutor ou Livre-Docente; criação do Título Honorífico de “Servidor Exemplar”; e que alguns Institutos passassem a se denominar Faculdades;

 O Movimento não aceitou, o que considerava de “Estatuinte de Gabinete”, por achar que ela “mantém e amplia os privilégios; impedem nossa luta por melhores salários e condições de trabalho; anulam a democratização da Universidade; criam uma casta de ‘Mandachuvas’; e favorece o apadrinhamento”[[2]](#footnote-2)[2], e resolveu denunciar e não participar de nenhuma atividade relativa ao processo e encontrar uma proposta alternativa.

 Depois de muita luta e negociação, a Estatuinte foi paralisada e em novembro de 1990, o Movimento e a Reitoria acertaram de iniciarem uma Estatuinte que contemplasse uma maior participação da comunidade universitária, e que o processo fosse exclusivo, paritário e soberano. Entretanto, os companheiros representantes dos Servidores no Conselho Universitário, composta por Damião da Silva Oliveira e Jerônimo de Lourdes, do HUPE, Aníbal Werneck e Fátima Ali Kader, do CEPUERJ, Aldo Dunas e Adão Garcia Rodrigues, da Administração Central e Luiz Carlos da Silva e João Antônio dos Santos, das Unidades resolveram questionar o processo que se dava ao apagar das luzes da administração Ivo Barbieri, com a previsão de se iniciar suas atividades no início de dezembro, um mês de férias para a UERJ e principalmente para os servidores, e lançaram a seguinte nota no dia 29 de novembro de 1990:

**A QUEM INTERESSA A ESTATUINTE?**

 Logicamente a todos os membros da Comunidade da UERJ. Ninguém em sã consciência pode ser contra a uma luta de anos, para que possamos participar, e fazer uma Estatuinte Democrática, Livre e Soberana.

 Porém, isto não está acontecendo. A Reitoria, a ASDUERJ e seus cooptados querem fazer uma Estatuinte que minimize a participação dos Servidores. Além de proporem que a Estatuinte seja realizada no período de férias, em que os segmentos das quatro representações não estão efetivamente na Universidade, eles são contra a paridade na Eleição para Reitor. Querem sim, uma Estatuinte para se perpetuarem no poder.

 Não podemos aceitar, enquanto representantes de todos os servidores da UERJ, que sejamos massa de manobra de senhor Roberto Abreu (Presidente da ASDUERJ), da Reitoria e seus aliados, que estão usando o nome das entidades sem nenhuma discussão com suas representações.

 Por que a Reitoria (Reitor Ivo Barbieri)) não convocou uma Estatuinte, como prometeu em campanha, nos primeiros meses de mandato, só a convocando ao “apagar das luzes”? “Há algo de podre no Reino da Dinamarca” e na UERJ também. Não podemos compactuar com o falso discurso democrático que esconde atrás de si, um assunto que para nós é fundamental, pois a mudança no Estatuto da UERJ, nas atuais condições, é a mesma coisa que a promessa de pagamento imediato do FGTS, em função do Regime Estatutário; É a mesma coisa que o não reconhecimento, por parte da Reitoria, da dívida de nosso “Atrasadão”; É a mesma coisa que o nosso PCC, que até hoje não foram corrigidas suas falhas; É a mesma coisa que os atrasos do nosso pagamento, que neste mês não sabemos quando receberemos.

 Não podemos e não faremos esse jogo sujo dessa “Estatuinte de Gabinete”, que nos impõe esse projeto anti-servidor. Isso não nos interessa.

 Queremos um Projeto de Estatuinte em que todo e qualquer servidor seja reconhecido pela sua importância. Não abriremos mão da nossa ética e do nosso respeito para com os servidores em função de “manobras”.

 Podemos não ter, nós servidores, uma excelente instrução. Podemos não ser os “iluminados” da UERJ; mas, não somos ingênuos ao ponto de não perceber o jogo sujo que se esconde atrás dessa falácia.

 Vamos ao Conselho para solicitar a retirada do “Regime de Urgência”, para que o Projeto de Estatuto seja discutido em março, no início do ano letivo. Estatuinte agora, é fazer o jogo dos poderosos e nós não somos casuístas para participarmos disso.

 Vamos todos ao Conselho, nesta sexta, dia 30/11/90, ao Conselho Universitário, para impedirmos, com a nossa força e a nossa voz, que passe um Projeto Estatuinte que não interessa aos Servidores.

 Os “pelêgos” que a defendam!

 Servidores do Conselho Universitário

 No dia seguinte, em 30 de novembro de 1990, ocorreu a sessão extraordinária do Conselho Universitário, que estabeleceu a “Estatuinte”. A primeira votação foi sobre a urgência do processo. O Conselheiro-Servidor Aldo Machado Alves, contrário à Estatuinte ser realizada da forma que estava sendo colocada, se manifestou ao pedido de urgência da seguinte forma:

 “Magnífico Reitor, nós achamos um absurdo, no período que estamos nesta Universidade, convocar-se uma plenária como esta para aprovar um projeto de Resolução que vai dar diretrizes à Assembléia Estatuinte. Isto porque é uma reivindicação antiga desta Universidade, tenho aqui somados oito anos e, desde que aqui entrei, estou nesta luta e foi também promessa de campanha do Magnífico Reitor, nos seus primeiros meses de mandato, convocar a Assembléia Estatuinte. E agora, no final de seu mandato, digamos, ao apagar das luzes, se convoca uma Assembléia Estatuinte, onde o processo será discutido com a casa vazia, sem a participação maciça de todos os segmentos, de modo geral. E esse projeto, que hoje se apresenta em pauta, não foi discutido em momento algum pelas entidades.

 Portanto, acho oportunismo encaminhar agora um projeto de discussão da Estatuinte. Nós somos favoráveis, sim , à convocação da Assembléia Estatuinte, mas não desta forma. Percebo que, hoje, o que está sendo colocado é um projeto de ‘Estatuinte de Gabinete’, um projeto que vai contra a nossa posição. É preciso que os segmentos estejam juntos para construir uma UERJ. Se, hoje, este processo for aprovado, fica claro para nós que a participação do servidor está sendo mero carvão neste processo, só para queimar e mais nada”[[3]](#footnote-3)[3].

 Contrapondo-se à postura do Conselheiro Aldo Dunas, o Conselheiro Ricardo Vieralves de Castro, que se tornou Sub-Reitor de Assuntos Comunitários, a favor da proposta da Estatuinte, conforme foi apresentada, se colocou da seguinte forma:

 “Eu acho que, nunca houve um processo claro, tão cristalino como este ora em discussão, encaminhado inicialmente pela ASDUERJ que buscou colaborar com o processo de construção de uma Universidade moderna, competente e responsável. Eu acho que a urgência deste processo se demonstra na atividade deste Conselho. Na realidade nosso Estatuto é tão remendado que o tempo todo favorece casuísmos, interpretações de diferentes espécies e uma série de circunstâncias.

 Um Estatuto novo, depois de um plano de carreira docente e um plano de cargos e salários para o funcionalismo aprovados, são mais do que urgentes, necessários e vitais para a continuidade desta Universidade. Além disso, todos os argumentos para a não realização de uma Estatuinte, neste período de 1991, se referem a nada melhor do que a uma nova visão de Universidade, um estatuto adaptado e uma discussão promovida sobre que Universidade queremos para orientar uma eleição de dirigente máximo. Nada melhor do que uma discussão sobre qual Universidade queremos e que estrutura jurídica e acadêmica ela deve ter. (...) Nós não podemos mais conviver com tanta fragmentação da nossa legislação e todo esse esforço feito teve a sua maturidade agora, e se perdermos este tempo, a fruta apodrece”[[4]](#footnote-4)[4].

 Posto a matéria em votação o regime de urgência foi aprovado por vinte e seis votos contra cinco - os quatro representantes dos servidores mais o Conselheiro Arcy Tenório. No decorrer da Estatuinte, ficou mais do que provado que a posição assumida pelos servidores era a correta e a que foi aprovada no mínimo inoportuna.

 Com as discussões versando sobre o funcionamento da Estatuinte, o Conselho Universitário aprovou a Resolução no 8, assinada pelo Reitor Ivo Barbieri no dia 11 de dezembro de 1990, que estabelecia, principalmente, que haveria inscrições voluntárias de professores, funcionários e alunos, além dos membros do Conselho Universitário, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, das Diretorias da ASDUERJ, DCE-UERJ, ASHUPE, e ASUERJ, do conselho de Representantes da ASUERJ e do Conselho de Entidades do DCE-UERJ e os Diretores de Unidade, que estariam automaticamente inscritos; perda da condição de membro para quem faltar cinco vezes alternadas ou três consecutivas; exigência de quorum equivalente à maioria simples dos seus membros; eleição de delegados em março de 1991, sendo um professor, um funcionário e um aluno por unidade além de um funcionário da SUAPO, um da Administração Central, um do CEPUERJ e três do HUPE.

 Da forma como a regulamentação da Estatuinte foi aprovada, colocou o Movimento numa camisa de força, de que somente sairia através do diálogo, o que não ocorreu. Os seus dirigentes tentaram impor suas idéias sob a ótica de que a democracia é a vontade da maioria sobre a minoria e que o “rolo compressor” iria destruir os bolsões de resistência às suas propostas revolucionárias para a Universidade. Este foi um erro primário, apesar da força inicial que o Movimento conquistou, que se mostrou ilusória um pouco depois. Outro erro elementar, foi o Movimento considerar as diretorias das entidades como as únicas lideranças e porta-vozes dos anseios da comunidade universitária, não considerando lideranças de oposição. É um erro estratégico considerarem-se como únicos guardiões da verdade ou únicos supra-sumos da ética, e atribuir mediocridade àqueles que discordam de suas idéias.

 O total das inscrições revelaram a fragilidade com que foi exposta o processo: 235 professores, 168 servidores, e 95 alunos, ou 498 membros da comunidade universitária e mais 81 que se incorporariam em março, que totalizariam 579 pessoas.

 No dia 14 de dezembro de 1990, às 14 horas, no auditório 71, com a presença do Reitor e sua administração foi instalada, oficialmente, a Assembléia Estatuinte da UERJ. O principal fato ocorrido neste dia foi a eleição da mesa diretora, de forma proporcional. Duas chapas concorreram: a primeira, do Movimento, composta do Professor Gustavo Francisco Bayer e Roberto Abreu da ASDUERJ, a Professora Maria Cristina Lírio Gurgel, do CAP, Elisa Maria dos Santos da ASUERJ, Paulo Roberto Simpson e Fernanda Graça Melo, do DCE-UERJ e Jorge Augusto de Almeida, da ASHUPE, que obteve 173 votos, ou 76% dos votos; e a chapa concorrente, de sustentação da Reitoria, formada pelos Professores Ricardo Vieralves de Castro, Domenico Mandarino, Maria Georgina Muniz Washington e João Ramos Costa de Andrade, dos Servidores do HUPE Oséias Luiz M. Simões e Iná Meireles de Souza e do Aluno Átila Drelich, que obteve 51 votos, ou 22% dos votos.

 Desta forma a mesa diretora da Assembléia Estatuinte ficou assim constituída:

**Presidente** - Gustavo Bayer

1o Vice-Presidente - Elisa Maria dos Santos

2o Vice-Presidente - Paulo Roberto Simpson

1o Secretário - Roberto Abreu

2o Secretário - Jorge Augusto de Almeida

3o Secretário - Oséias Luiz Simões

4o Secretário - Ricardo Vieralves de Castro

 O mês de dezembro serviu para que o regimento interno da Estatuinte fosse aprovado e no mês de janeiro chegaram as primeiras teses: “Contribuição ao debate sobre os Estatutos da UERJ”, do Professor do IMS e Sub-Reitor de Pós Graduação Reinaldo Guimarães; “Universidade: Projeto Acadêmico x Projeto de Poder”, do Professor da FAF Gustavo Bayer; “Uma tese equivocada sobre a Universidade Brasileira”, do Professor do IMS Luiz A. De Castro Santos; “Direitos Iguais, Deveres Iguais”, da Servidora Dilza da Silva Mello; “O Princípio da Igualdade”, do Servidor do HUPE Jerônimo de Lourdes; “Caminhos e Descaminhos da Universidade Brasileira”, do Professor Renato José da Costa Valladares, do IME; “Objetivos e fins da Universidade”, do Professor da FCM Fernando Bevilacqua; “Democratizar é preciso”, do Aluno Antônio Figueiredo, e “Princípios e objetivos para a UERJ”, do Servidor Uaraçari de Castro Pinto.

 Ainda neste mês de janeiro de 91, as comissões de ensino; pesquisa e pós-graduação; extensão; estrutura e organização universitária; finanças e patrimônio; pessoal docente, técnico e administrativo; e corpo discente iniciaram a formulação do anteprojeto de Estatuto, que ficou pronto no final de fevereiro. O Anteprojeto apresentado pela Comissão do Conselho Universitário foi completamente desprezado e descartado a sua utilização.

 Estava previsto que o Anteprojeto da Estatuinte seria apreciado em plenário no período de 25 de fevereiro a 11 de março, e que neste período seria apreciados os destaques. Discordantes do Anteprojeto que estavam nos impondo, três novos anteprojetos completos foram apresentados para a discussão: o do Professor Reinaldo Guimarães que estabelecia um Conselho Universitário composto pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelos Sub-Reitores, pelos Diretores de Unidade, por 2 representantes de cada categoria do Magistério, por 12 estudantes, sendo 2 de pós-graduação “Strictu Sensu”, por 6 servidores, sendo 2 do HUPE e dois da SUAPO, e por 3 membros da Comunidade do Estado do Rio de Janeiro; um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão no lugar do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, composto pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelos Sub-Reitores, por um docente de cada Conselho de Unidade, por 12 estudantes, por 3 coordenadores de cursos de pós-graduação “Strictu Sensu”, por um membro da Comunidade Científica indicado pela FAPERJ; a criação de uma Auditoria Superior, no lugar do Conselho de Curadores; a criação do título honorífico de “Servidor Exemplar”; a extinção do Conselho Departamental e dos Centros Setoriais; que o candidato a Reitor devesse ser Professor, com pelo menos 5 anos de exercício do Magistério da UERJ, e a eleição fosse de forma paritária.

 Um segundo Anteprojeto foi apresentado pelos Professores Ricardo Vieralves e Nilcéa Freire, que estabelecia um Conselho Universitário composto pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores, por 4 servidores, por 4 alunos, sendo um de curso de pós-graduação “Strictu Sensu”, por três representantes da Comunidade do Estado do Rio e Janeiro e pelos Presidentes dos Conselhos de Áreas e os representantes deste Conselho - 4 professores, 2 estudantes e 2 servidores; um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão no lugar do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, 6 docentes de cada Conselho de Área, eleitos pelos três segmentos, por 3 coordenadores de curso de pós-graduação “Strictu Sensu”, por 12 estudantes e por um representante da FAPERJ; que o candidato a Reitor devesse ser Professor, com pelo menos 5 anos de exercício do Magistério da UERJ, e a eleição fosse de forma paritária; a criação do título honorífico de “Servidor Exemplar”; a extinção do Conselho Departamental e a criação do Conselho de Área composto por um Presidente, um Vice-Presidente, pelos Chefes de Departamento, por estudantes e funcionários e pelos Diretores dos órgãos especiais e a extinção dos Centros Setoriais e do Conselho de Curadores.

 Um terceiro Anteprojeto surgiu da bancada dos Servidores do Conselho Universitário, do Conselheiro Professor Carlos Alberto Pereira Correia, dos alunos Valmir Molina, Carlos Alberto Viana Júnior e Augusto César Mesquita, todos da Faculdade de Economia e pelos servidores Dilza Mello Ramadon, Luiz Oliveira Nery, Uaraçari de Castro Pinto, Adão Garcia Rodrigues, Ademilson Fábio Silva, Ivana Teixeira Brandão, Genésio de Souza, Elpídio da Cruz Amaral José Cavalcante da Silva Paulo Roberto de Oliveira José Antônio C. Santos, Marilsa Menezes Esteves, Carjan J. C. De Freitas, Vicente de Paula dos Santos, Paulo Roberto C. da Costa, Maurício da Silva Valim, Pedro Bastos Barros, José Lauduíno da Silva, Paulo de Oliveira Machado, Marcus Antônio N. Natividade e Paulo José Francisco.

 Este Anteprojeto, discutido e aprovado em duas reuniões com estes companheiros, na sala no 8.100 da UERJ, seria, de certa forma, o anteprojeto alternativo entre o do Movimento e o dos representantes do Reitor. Ele estabelecia que seria criado dois cargos de Vice-Reitor um Acadêmico que comandaria a Pró-Reitoria de Graduação, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e a Pró-Reitoria de Extensão e outro Administrativo que comandaria a Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Planejamento; que o candidato a Reitor devesse pertencer ao Magistério da UERJ, e a eleição fosse de forma paritária e em turno único; que o Conselho Universitário fosse composto do Reitor, dos Vice-Reitores, por um membro de cada categoria do Magistério, por 6 servidores, sendo dois do HUPE, dois da Administração Central, um das Unidades e um do CEPUERJ por 6 estudantes, sendo um de curso de pós-graduação; por 4 Coordenadores de Área; por um representante da Associação dos Diplomados, por um representante das Classes Patronais, por um representante das Classes Trabalhadoras, pelo Prefeito do Campus e por um representante da ALERJ; um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão no lugar do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa composto pelo Reitor, pelos Vice-Reitores, pelos Pró-Reitores; pelos quatro Coordenadores de Área, por um representante dos Diretores de Unidade por área, por um representante de cada categoria docente, por 3 Coordenadores de curso de pós-graduação “Strictu Sensu”, por 6 estudantes, sendo um de curso de pós-graduação, por um representante da FAPERJ e por 2 servidores, sendo um do CEPUERJ; a criação de um Conselho Comunitário, consultivo; a extinção do Conselho de Curadores e a criação da Auditoria Superior; a extinção do Conselho Departamental e a criação do Conselho de Unidade; a extinção dos Centros Setoriais e a criação das Coordenações de Áreas; e a criação da Prefeitura do Campus como órgão especial.

 A verdade absoluta da ASDUERJ, naquele momento, era desconsiderar qualquer trabalho que não fosse o deles, confirmada em seu Boletim: “(...) Temos notícia que está sendo distribuído um documento de caráter pessoal que pretende ser uma proposta de estatuto moderno e consistente mas que não passa da reprodução da estrutura viciada atual com uma colagem do anteprojeto da ‘Comissão dos Iluminados’, do estatuto atual e, até mesmo, de pedaços da proposta elaborada pela Estatuinte. Tal texto não foi levado à discussão no fórum da estatuinte e representa um retrocesso inaceitável em nossa luta”[[5]](#footnote-5)[5].

 Esse é o exemplo do “rolo compressor democrático” do Movimento “não vi, não gostei”, que se estabeleceu por oportunidade da Estatuinte. Todos os documentos aqui citados foram entregues dentro dos prazos estabelecidos pelo Regimento Interno da Estatuinte. Entretanto, a ASDUERJ não ficou sem resposta, pois ao encaminhar aos estatuintes o Regimento Geral, de sua autoria, o Professor Reinaldo Guimarães respondeu: “Curiosamente consideraram-no um ‘retrocesso’, pois não ‘passou pela Estatuinte’. Duplo engano. Por um lado, porque passou pelas reuniões ocorridas em janeiro, plenárias e comissões (em fevereiro tive férias e não pude comparecer). Por outro lado não é retrocesso a existência de mais um projeto. Mais houvessem, melhor seria, pois estimularia o debate e, certamente contribuiria para iluminar os textos finais”.

 O Anteprojeto criado pela Assembléia Estatuinte estabelecia a extinção dos Centros Setoriais e dos Conselhos Departamentais e a criação dos Conselhos de Área; a extinção das Faculdades e Institutos e dos cargos de Diretor e a criação dos Programas Institucionais e dos Conselhos dos Cursos e do cargo de Coordenador de Curso; a criação do Colegiado da Reitoria composto dos Pró-Reitores de Ensino de Pesquisa, de Extensão e Assuntos Comunitários e Administrativo, desde que do corpo docente da UERJ , exceto o Pró-Reitor Administrativo, que poderia ser Servidor Técnico-Administrativo, eleitos em chapa completa, por igual peso dos votos para cada um dos três segmentos da comunidade universitária, ou seja, eleição paritária, em dois turnos; a extinção do Conselho de Curadores e a criação do Conselho Auditor; um Conselho Universitário, constituído de uma Câmara Acadêmica composta por 15 Professores, 10 Estudantes e 5 Servidores e uma Câmara Administrativa composta de 15 Professores, 10 Servidores e 5 Estudantes, ambas as câmaras para um mandato 2 anos, sendo o Presidente eleito anualmente; a criação de uma Plenária Universitária como órgão deliberativo máximo, que se reunirá uma vez por ano no prazo máximo de 30 dias, prorrogáveis por mais 15, para analisar a avaliação institucional, definir políticas acadêmicas e administrativas, alterar os Estatutos e Regimentos, deliberar sobre a destituição de detentor de mandato eletivo e sobre a dissolução do Conselho Universitário, composto de no mínimo 456 e no máximo 664 pessoas; a criação do Conselho Comunitário, de caráter consultivo, com cerca de 140 pessoas, sendo 50 indicadas pelas Centrais Sindicais, devendo a reunião não exceder trinta dias; e a possibilidade da implantação do restaurante universitário, da creche e do alojamento. São previstas cerca de 111 eleições para escolher cerca de mil representantes.

 Com uma participação mínima da comunidade universitária, devido ao período de férias, foi significativa a redução dos estatuintes, nos meses de fevereiro e março. Dos quinhentos em dezembro para duzentos e poucos em março, isto com a entrada mais oitenta e três estatuintes eleitos, entre os dias 20 e 22 de março. Muitas reuniões não se realizaram por falta de quorum.

 Além dos Anteprojetos da comunidade universitária, que regimentalmente se anteporam ao Anteprojeto do Movimento, lideranças divergentes desta proposta começaram a se articular, de forma a não serem “atropeladas”. A primeira manifestação foi a do Centro Acadêmico de Direito - CALC, que lançou uma nota convocatória para uma assembléia da Faculdade, no dia 13 de março, com o seguinte título: “A Faculdade de Direito vai acabar”.

 No dia 26 de março, ocorreu a primeira plenária Assembléia Estatuinte com os novos membros eleitos, muitos deles com o propósito de mudar o Anteprojeto do Movimento. Nesta sessão foi reeleita a mesa diretora e iniciado o processo de discussão do Regimento Interno da Estatuinte. O prazo final para a conclusão dos trabalhos seria 20 de junho e tudo caminhava conforme planejara o Movimento. O seu documento era o que valia e em pouco tempo poderiam assumir o poder total na UERJ. O Professor Gustavo Bayer, Presidente da mesa diretora da Estatuinte, preocupava-se com as crescentes críticas ao processo, e mantinha sua postura superior ao escrever, no mês de abril, uma nota intitulada “A Heresia”, da qual transcrevo o seguinte trecho:

 “(...) É natural que muitos dos que não acompanharam os debates na Estatuinte se sintam ‘atropelados’ pelo atual estágio das discussões sobre a universidade. Aliás, este é o fato que deverá reverter definitivamente aquela tendência ao imobilismo, conscientizando todos para a relevância do processo estatuinte, tornando-o, finalmente, um processo de reflexão colegiada, como fora inicialmente referido.

 Para tanto é porém necessário superar, imediatamente, um clima quase terrorista engendrado em alguns gabinetes, com o declarado propósito de pura e simplesmente abortar o processo estatuinte. (...)”.

 No dia 1o de abril, a Direção da FCM, encaminhou para a mesa diretora da Estatuinte, um memorando[[6]](#footnote-6)[6], considerando o Anteprojeto de impraticável e inadequado e a proposta demagógica e politiqueira, “tornando a Universidade inadministrável”, e que o seu corpo discente estava preocupado por o ante projeto “colocar em risco a sobrevivência da UERJ”.

 Neta mesma data, o Professor Fernando Bevilacqua, também da FCM, encaminhou ao Reitor Ivo Barbieri a seguinte manifestação a respeito do Anteprojeto da Estatuinte:

 “A proposta contida no documento é inviável, destrutiva em relação aos conceitos acadêmicos universais, transforma a Universidade em núcleo sindical-populista, aniquila a autoridade e a hierarquia dos dirigentes e dos poderes legalmente constituídos e varre a tradição e as raízes acadêmicas das unidades componentes da Universidade. Por tudo isto e mais não discriminado, tal a avalanche de insensatezes, está a UERJ exposta (e apenas pelo anteprojeto) ao escárnio e ao ridículo públicos e o que é mais grave, fadada à marginalização pelas instituições de apoio e fomento à educação e à pesquisa e pelo próprio governo estadual, que certamente desconsideraria o arremedo de UERJ estampado no referido anteprojeto.

 Não há pois sequer como submetê-lo à apreciação no sentido de aprimorá-lo; a deformação é de tal ordem que o pudor e a sensatez mandam sepultá-lo”.

 Um dos mais destacados Diretores de Unidade a participar desta fase da Estatuinte foi o Professor Simão Isaac Benjó, que defendendo seus pontos de vistas e de sua Faculdade, conseguiu aprovar na plenária do dia 11 de abril, uma instância plebiscitária ao final dos trabalhos, de forma a que toda a comunidade universitária pudesse deliberar sobre o destino da Universidade. Entretanto, a mesa diretora, por não concordar com essa proposta, que tiraria da assembléia estatuinte o poder de decisão e justificando que a Resolução do Conselho Universitário determinou que a assembléia estatuinte é que era soberana, resolveu colocar na plenária seguinte, no dia 15, novamente em votação a proposta do Professor Benjó, desta vez derrotando o plebiscito. Não coube outra alternativa ao Professor Benjó senão o seu desligamento da Estatuinte, no que foi acompanhado por diversos professores, alunos e servidores que deixaram de comparecer às plenárias. Neste mês, a participação da comunidade universitária tinha-se reduzido para cerca de cento e cinqüenta estatuintes.

 No dia 26 de abril, ocorreu a plenária que aprovou o Regimento Interno da Estatuinte, que previu para 1o de julho o início da plenária permanente para deliberação final, ocorrendo no mês de maio a instalação das comissões e no mês de junho as discussões do Projeto completo e a consolidação dos trabalhos.

 Neste mês de abril, defendíamos que “É Melhor não ter Estatuinte, a ter uma cujo Anteprojeto tinha sido aprovado em reuniões com a participação de 15 a 30 estatuintes, com deliberações em reuniões sem quorum, e questionavámos o porquê da Mesa Diretora não divulgar o nosso Anteprojeto alternativo”[[7]](#footnote-7)[7]. O DCE, através de coordenador Antônio Figueiredo anunciava que “ou passa o voto universal e o plebiscito, ou eles se retiram do processo tumultuando as reuniões”[[8]](#footnote-8)[8].

 No dia 27 de maio, o Professor José Marques Domingues de Oliveira, da Faculdade de Direito, representante eleito dos Professores, encaminhou uma carta aberta ao seu Diretor manifestando o seu desapreço ao processo em questão e observando que “A Estatuinte não tem legitimidade; é ilegal; e é facciosa; o produto de seu trabalho até aqui é temerário e não consulta o interesse da Universidade. A forma como vem sendo conduzida é tendenciosa e nada democrática. Por estas razões, deliberei renunciar ao honroso mandato de delegado dos Professores de nossa Faculdade à Estatuinte”. Neste mês a Assembléia Estatuinte contava com cerca de cem pessoas.

 Em junho, com a participação de cerca de cinqüenta pessoas na Assembléia Estatuinte, o DCE-UERJ iniciou a “Campanha pela Democratização da Estatuinte”, no seu jornal “O Indiscreto”, por estar “ciente da necessidade de aproximar cada vez mais a Estatuinte da realidade cotidiana da comunidade” propôs esta campanha que se baseasse “na participação deliberativa da comunidade e a revisão do novo estatuto para daqui a três anos”. Neste mesmo jornal, o Diretor do DCE José Agostinho de Lara Vilela Neto começou a dar razão ao que defendíamos em dezembro, da seguinte forma:

 “Nossa proposta era de que o processo fosse linear e não ambíguo. Eu acho que foi um erro convocar a Estatuinte num período pré-férias. O problema é que se quis fazer uma Estatuinte às pressas, porque se vinculou com a questão da eleição para Reitor. Nós erramos quando avaliamos que teríamos condições de mobilizar as pessoas. O que teria garantido maior participação da comunidade seria o acúmulo de discussão antes mesmo da instauração do processo, porque ninguém participa daquilo que não conhece, não sabe do que se trata e porque serve”[[9]](#footnote-9)[9].

 As críticas e preocupações com o processo em curso, começaram, de fato, a terem maior dimensão, no mês de julho, a partir do abaixo-assinado do Instituto de Medicina Social, contendo 67 assinaturas, entre as quais as do professores Hésio Cordeiro e José de Carvalho Noronha, no qual solicitava ao Reitor “que não promulgue o referido Estatuto sem que se promova sua ampla discussão nas Unidades e Departamentos da Universidade, com o objetivo de realizar as indispensáveis alterações”. Seguiram-se manifestações, no mesmo sentido, das Faculdades de Ciências Médicas e do Instituto de Letras.

 No dia 28 de julho, domingo, o Jornal do Brasil publica a matéria “Novo Estatuto pode parar aulas e pesquisas na UERJ”, baseado num trabalho crítico dos Professores Ricardo Vieralves e Nilcéa Freire, que coloca à nu, o projeto de Estatuto, aprovado por menos de cinqüenta estatuintes, na semana anterior. O trabalho em suas considerações finais, concluiu que o Anteprojeto do Movimento “desestrutura toda a UERJ a partir de novembro de 1991 (...). É centralizador (...). Torna inócua a Reitoria (...). Há um grave desvio na concepção do poder a ser exercido no interior da Universidade (...). É policial no sentido lato do termo (...) e é catequético (...)[[10]](#footnote-10)[10]”. Foi um trabalho denso e profundo, em que muito contribui para que se ampliasse o campo das discussões. De um lado estava a Assembléia Estatuinte com seus quase cinqüenta participantes não dispostos a abrir mão de suas “conquistas” e de outro lado a Universidade.

 Sobre esta matéria o Professor Gustavo Bayer se pronunciou diretamente sem utilizar meias palavras, em uma entrevista ao Informativo do Celeiro, que é a seguinte:

 “A matéria publicada no JB se baseia numa leitura enviesada dos textos e certamente tendenciosa e manipulativa no sentido de que leva a conclusões a partir de informações que são totalmente falsas, que não estão contidas nos documentos. Os documentos elaborados pela Estatuinte sofreram várias modificações e a matéria, segundo o nosso entendimento, cria um clima terrorista, jogando com a desinformação que infelizmente impera na Universidade, apesar da Estatuinte ter distribuído todo o material às instâncias formais da Universidade constantemente. Entretanto, se a matéria chocou os que participaram do processo, por outro ela teve um mérito, que foi o de acordar as pessoas para algo importante que estava acontecendo. Várias pessoas buscaram conosco informações sobre o processo. Afinal, se essa matéria fosse verdadeira, poderia se dizer que os participantes da Estatuintes eram um bando de loucos”[[11]](#footnote-11)[11].

 Loucos poderiam não ser, conforme disse o Professor Gustavo Bayer, mas a matéria que transcrevo a seguir, de minha autoria, publicada no Caderno de Educação do Jornal dos Sports, no domingo seguinte à matéria do JB, e amplamente divulgada na UERJ, por todos que se posicionavam contra os donos da Estatuinte, demonstra o que a fábula estaria mais próxima da verdade que a verdade dos que não se consideram um bando de loucos.

 **“Sanatório de Todos os Povos”**

 “Em algum dia de abril de 1992[[12]](#footnote-12)[12].

 O aluno chega em casa, após mais um dia na UERJ, com a fisionomia abatida e com uma baita dor de cabeça. O pai, preocupado, pergunta: - como foi o seu dia filho, estudou muito? E o filho respondeu: - estudei nada, pai. Depois que implantaram o novo Estatuto na UERJ, a gente ficou sem professor para dar aula, pois eles estão reunidos o tempo todo para melhorarem a Universidade. É reunião que não acaba mais. Eles se reúnem para tudo, desde a compra de café até a demissão de funcionários. Quando não estão reunidos nas Câmaras, nos Departamentos, nos Conselhos de Cursos ou de Áreas, eles estão reunidos para organizar as eleições e as indicações dos 388 cargos de docentes.

 - Mas se você não estudou, qual o motivo do cansaço?

 - É que se eu não aparecer nas reuniões posso ser reprovado. Além disso, os alunos têm que se preocupar em eleger os 528 cargos a que tem direito. Se até o ano passado nós tínhamos oito vagas no Conselho Universitário e só apareciam uns três ou quatro, imagine o senhor agora. Nós queremos o melhor para a nossa Universidade. Isso é Democracia.

 - Se o professor não dá aula e o aluno não estuda, o que faz o funcionário?

 - Já que acabamos com as Faculdades e Institutos, eles ficam nos Departamentos preocupados em preencher os 289 cargos representativos a que tem direito. Se saírem da linha a gente demite.

 - Meu filho, você não vê que isto é um absurdo! Cadê o Reitor que vocês elegeram?

 - O Reitor não manda mais nada. Agora é um colegiado de nove professores que representa a Reitoria, e eles só aparecem uma vez por mês na UERJ, para assinarem aquilo que foi decidido nas reuniões democráticas. Na verdade, pai, a UERJ não precisa mais de Reitor e nem de Reitoria.

 - Quem é o responsável por esta bagunça que virou a UERJ?

 - Sai dessa, pai. Você é um conservador. Parece mais aquele pessoal que era contra o nosso Estatuto da Estatuinte. Os tempos são outros. O responsável pela democratização da UERJ, que a transformará na melhor Universidade do mundo, é o ex-Reitor Ivo Barbieri, que promulgou o Estatuto e o Regimento Geral elaborados pelas cabeças mais brilhantes da UERJ.

 - Quais cabeças brilhantes?

 - A maioria era o nosso pessoal do Movimento. Aqueles das estrelinhas, como o Roberto Abreu, o Gustavo Bayer, o Bruno, o João, a Elisa, o Paulo Simpson e o Átila, além de personalidades como o Vasconcelos e o Mandarino da FAF.

 - Ninguém faz nada contra essa situação?

 - Até que tentaram, pai, mas não conseguiram nada. Hoje não existe mais oposição ao nosso Estatuto. Os professores “reaça” foram todos para outras Universidades como o Fundão, a UFF e a PUC. Os funcionários, a maioria marajás, não agüentaram o congelamento dos salários, pois o Governo não repassa a verba, foram para o “mercado”. Os que resistiram, nós arranjamos um jeito de demiti-los. Os alunos, todos caretas e de direita, se transferiram para as Universidades pagas. Inclusive, pai, hoje para entrar na UERJ, o nosso Conselhão aprovou que para se tornar aluno, não precisa ter mais o 2o grau, ou fazer vestibular. Basta ter o “Nada Consta” de algum sindicato filiado à CUT ou de algum parlamentar nosso.

 - Eu não acredito! Isto é um absurdo! Como é que fica a sua Faculdade de Direito? (Quase desmaiando)

 - A Faculdade acabou como todas as outras. Além disto, alguns dias após o Reitor promulgar o novo Estatuto, o Movimento começou a questionar estes cursos burgueses, como Direito, Engenharia, Medicina e Pedagogia e resolveu adotar os cursos da Universidade de Cajamar, que é a Universidade dos Trabalhadores. Agora eu sei o que eu quero. Vou ser Bacharel em Liderança Sindical.

 - Liderança Sindical sem emprego? Você vai trabalhar aonde? (Alguns segundos antes de ter um Acidente Vascular Cerebral - AVC)

 - Meu pai, ‘A UERJ é uma mãe!’

 Nota: este texto foi escrito pela mãe do ‘filho’, que ouviu este diálogo da cozinha, enquanto esquentava o jantar, e nos foi entregue um mês após a intervenção estadual, nacional e internacional na UERJ, que a transformou em ‘Sanatório de Todos os Povos’, tendo como primeiros pacientes os nomes citados no texto”[[13]](#footnote-13)[13].

 As críticas ao Projeto Estatuinte aumentavam a cada instante, e seus dirigentes não se mostravam sensíveis ao diálogo. Até o DCE, começou a criticar com mais contundência o Projeto e nos seus boletins publicava “O processo foi antidemocrático”, “ A Assembléia Estatuinte chegou a funcionar com apenas 23 presentes. Com certeza esse foi um processo bastante antidemocrático”, “Como resultado de um processo antidemocrático e distorcido, o Projeto de Estatuto e Regimento resultante desta Assembléia Estatuinte é de essência antidemocrático e não reflete os anseios da comunidade”[[14]](#footnote-14)[14].

 Enquanto isso, a ASDUERJ rebatia as críticas à Estatuinte, da seguinte forma: “Dois professores da Universidade, ligados à administração central e ‘ex-estatuintes’ estão empenhados em combater o trabalho da Estatuinte, inclusive subsidiando extensas matérias publicadas na grande imprensa. Também um ex-aluno e ex-funcionário da UERJ, ligado a uma das candidaturas já tornadas públicas, está empenhado em denegrir a Estatuinte. Curioso é que os dois professores e o ex-funcionário sempre estiveram em campos políticos opostos. Enquanto isso, as respostas da Estatuinte não são publicadas pelos jornais. Tirem suas conclusões!”[[15]](#footnote-15)[15].

 A curiosidade exposta pela ASDUERJ não deveria ocorrer, e se os seus dirigentes conhecessem um pouco mais da UERJ iriam entender que, quando se trata do interesse da Universidade, as distâncias políticas se estreitam o suficiente para que o diálogo ocorra, afinal, pessoas com bom senso, não tentam impor suas posições, elas discutem e tentam chegar a um meio termo. Neste momento, não havia ainda, nenhum tipo de articulação entre o nosso grupo e o da Reitoria para tomarmos uma posição conjunta em defesa da Universidade. O que acontecia era um entendimento impessoal da Assembléia Estatuinte, que naquele momento, também era o entendimento do DCE. Nós não queríamos abortar a Estatuinte, mas seus dirigentes não admitiam retroceder em suas posições, e cada dia que se passava, aumentava o descontentamento de todos os setores da Universidade, e nós, contrários ao processo desde o primeiro momento, mas acatando a decisão da maioria, e participando efetivamente de todas as fases, entendíamos que algo além de matérias em jornal deveria ser feito.

 Atrasada em seus trabalhos, e se confundindo com o processo eleitoral para Reitor, a Estatuinte capengava, e tentava de todas as formas sobreviver à sua própria incompetência. A idéia de um “Fórum Comunitário”, composto de 100 pessoas eleitas de cada segmento, foi a mais viável. Neste momento, não foi utilizado o argumento que inviabilizou o plebiscito, pois o Fórum era de interesse da mesa diretora e o plebiscito não, caracterizando dois pesos e duas medidas. No dia 18 de agosto, a mesa diretora divulgou o calendário de atividades e previu a eleição dos 300 representantes para os dias 12 e 13 de setembro e as deliberações finais para ocorrerem entre os dias 16 e 27 de setembro.

 Enquanto isso o clamor contra a estatuinte mobilizava toda a Universidade. Neste mês de agosto abaixo-assinados do Instituto de Biologia, com 197 assinaturas, do CEPUERJ, com 171 assinaturas de servidores e os Departamentos da Faculdade de Engenharia, e da Faculdade de Comunicação Social, rejeitaram por completo o Anteprojeto da Assembléia Estatuinte e exigiam a interrupção dos trabalhos.

 No final de agosto, o Reitor convocou para o dia 27, o Conselho Universitário, para deliberar sobre as eleições para Reitor, pois as regras deveriam ser logo estabelecidas e propunha uma alteração do Estatuto para garantir a eleição direta. Nós entendíamos que deveríamos rejeitar a proposta da Reitoria, por acreditar que ainda restava uma chance, da Assembléia Estatuinte abrir os olhos para a realidade e democraticamente colocasse em votação o nosso projeto de Estatuto. Conseguimos nesta sessão o nosso primeiro intento: o Conselho não deliberou sobre as normas de eleição para Reitor (27 votos a 8), não promoveu a adequação do Estatuto (16 votos a 7 e 4 abstenções), e impôs à Assembléia Estatuinte o prazo de 20 de setembro para que fosse definida a regra eleitoral. O Professor Carlos Alberto Pereira Corrêa, sintetizou o nosso pensamento, em sua declaração de voto: “Votei sim, pela proposta da continuidade dos trabalhos da Estatuinte e por acreditar, como membro da Assembléia, que esta e sua Mesa Diretora acatarão plenamente todas as medidas que forem encaminhadas pelo fórum que se reunirá a partir de agora”[[16]](#footnote-16)[16].

 Após essa Sessão do Conselho, o DCE-UERJ, começou a ver a Estatuinte sob nova ótica, acreditando que a Democracia, com a aprovação do voto universal, estaria garantida através do Fórum Comunitário e ao mesmo tempo preocupado com a aprovação final do texto, “que ainda voltará à Estatuinte (hoje com o reduzido quorum de 30 delegados) para que esta o aprove”[[17]](#footnote-17)[17].

 Outro fato, que começou a nos preocupar, foi que, a falsa ilusão de ter em suas mãos o processo como um todo, fez com que a Mesa Diretora exacerbasse em sua prepotência, negando-se a discutir os nossos projetos e a considerar as críticas ao Projeto de Estatuto, como desprezíveis. O Professor Roberto Abreu confirmou o nosso pensamento com a seguinte declaração: “Na verdade, as pessoas que têm dito que a Universidade estará inviabilizada, jamais se apresentaram para qualquer discussão na Assembléia Estatuinte; jamais apresentaram qualquer proposta, fosse para subsidiar o processo como para modificar o Estatuto.(...) Na verdade, o que está por trás das declarações de inviabilização é o receio desses setores de perder a força que hoje detém em termos fisiológicos, de perder o controle pessoal do poder da Universidade, o temor de que se possa construir um Universidade academicamente relevante onde esses setores talvez não tenham condições de permanecer, devido a mediocridade, a falta de tempo e ao descompromisso que tem com a Universidade”[[18]](#footnote-18)[18].

 Neste mês de setembro acirrou-se as críticas ao Projeto da Estatuinte e o Reitor recebeu abaixo-assinado da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense constando de 194 assinaturas, e os posicionamentos dos Conselhos Departamentais do Instituto de Química, da Faculdade de Direito, do Instituto de Física, da Faculdade de Odontologia, do Instituto de Matemática e Estatística, da Faculdade de Educação, do Instituto de Psicologia, do Instituto de Letras, do Instituto de Nutrição, da Faculdade de Enfermagem, e do Colegiado de Diretores do Centro Biomédico, todos exigindo o fim do processo e a não promulgação do Estatuto e do Regimento, oriundos da Assembléia Estatuinte.

 Enquanto isso, o Fórum Comunitário ia aprovando as regras eleitorais estabelecendo eleições diretas em chapa completa, em dois turnos e com voto universal, nas reuniões do dia 16 e 17 de setembro e pela Assembléia Estatuinte, no dia 19. A questão do voto universal foi a gota d’água para que algo fosse feito. As eleições deveriam ocorrer nos mesmos moldes de 1987, pois o que se apresentava era um casuísmo, e isto não podíamos admitir. As entidades já estavam com sua candidatura pronta e usavam a Estatuinte como o caminho mais rápido de se chegar ao poder. Entendemos que a decisão deveria ocorrer no Conselho Universitário, pois foi lá que se delegou à Estatuinte a reforma do Estatuto e do Regimento Geral. A bancada dos servidores e mais alguns professores eram o fiel da balança. Se nós votássemos a favor da Estatuinte ela passaria e se votássemos contra ela não passaria. O Reitor Ivo Barbieri também percebeu isso, e através do Sub-Reitor Reinaldo Guimarães e da Assessora Nilcéia Freire iniciaram as negociações conosco para encontrarmos uma solução. Na sala da Sub-Reitoria de Pós-Graduação, acordamos que a Estatuinte deveria ser paralisada e retomada no início do mandato do próximo Reitor; e que a fórmula eleitoral deveria ser a mesma que regeu a eleição anterior.

 A nota divulgada pela bancada dos Servidores, no Conselho Universitário refletia a nossa postura e de certa forma, antecipava o que ocorreria na sessão do Conselho, convocado para o dia 30 de setembro:

 **“ABAIXO O GOLPE CONTRA OS SERVIDORES DA UERJ”**

 “Na sessão do Conselho Universitário, de 27/08/91, nós, Servidores eleitos para este Colegiado, evitamos, com o nosso voto, o golpe que a Reitoria planejava contra a Assembléia Estatuinte.

 Face a premência de tempo, o Conselho solicitou à Assembléia Estatuinte definir até 20/09/91 a regulamentação das eleições para Reitor.

 A partir desta solicitação, o Fórum Comunitário golpeou a própria Estatuinte e a nós, membros da Comunidade dos Servidores, ao estabelecer o voto universal ou unitário.

 Não vamos deixar que casuísmos eleitorais por parte do Fórum Comunitário e de algumas Entidades, que acabam se confundindo com uma das candidaturas a Reitor, minimize a luta dos Servidores pela PARIDADE.

 Voto universal ou unitário, na UERJ é engodo para beneficiar o segmento que tem mais participantes (...)”.

 Na sessão extraordinária do Conselho Universitário de 30 de setembro de 1991, foi aprovada a Resolução no 6, que estabelecia que concluídos os trabalhos da Assembléia Estatuinte, os textos finais seriam encaminhados ao Conselho Universitário para exame, sendo que, a partir de março de 1992, o Conselho Universitário definiria o formato de uma ampla consulta à Comunidade Universitária sobre os textos finais aprovados na Assembléia Estatuinte. Foram aprovados também, as regras para a eleição para Reitor, de acordo com o que foi definido na nossa reunião com o Professor Reinaldo Guimarães e com a Professora Nilcéa Freire. O Conselheiro Antônio Braga Coscarelli, ao se pronunciar contra esta proposta de paralisação da Estatuinte o fez criticando a aprovação pela Estatuinte do voto universal:

 “(...) Após o grande final, em meio a euforia pelo trabalho realizado, um único golpe, suficientemente mortal para sepultar o sonho e o desejo de muitos avanços e conquistas. E um golpe vindo do seu próprio interior, sem riscos de errar. Sua morte foi determinada por um único artigo, aquele que assegura a um só dos três segmentos o poder de escolha da Reitoria; decisão absurda, inconcebível e tendenciosa de modo que sua imposição só pode ser concebida àqueles que não aceitam o jogo democrático e buscam benefícios próprios.

 É de uma cegueira política total aplicar na Universidade o modelo que é válido para a sociedade como um todo, com uma infinidade de segmentos. Parecemos o aluno que está colando de uma prova contendo questões diferentes das nossas. Em nosso alerta à assinatura Estatuinte dissemos: Tal decisão dará aos opositores o motivo maior para a desmoralização da Estatuinte e para sua total rejeição. Mas, incompetência e insensibilidade juntas, descartaram o alerta; a rejeição perpassou toda a comunidade”[[19]](#footnote-19)[19].

 Esta declaração está completamente correta. Se não aprovassem o voto universal, talvez o Projeto Estatuinte fosse aprovado, afinal, foi decidido que a Estatuinte seria paralisada, por 23 votos a 12, e se os nossos seis conselheiros votassem a favor da Estatuinte, o resultado seria 18 votos (12 + 6) a 17 (23 -6). O que se fez neste caso foi tornar a Assembléia Estatuinte em “rolo compressor”, e passar por cima da radicalização, insensibilidade, prepotência e casuísmo que sobreveio da direção da Estatuinte.

 O Professor Carlos Alberto Pereira Correia encerrou sua participação nesta sessão do Conselho Universitário dizendo tudo o que refletia o nosso pensamento de então:

 “O que ocorreu nesta sessão confirmou plenamente o voto que dei na sessão em que estreávamos no Conselho Universitário, onde demos uma declaração de voto para que a oportunidade que se estava se dando à Assembléia Estatuinte fosse o ponto referencial de sua consistência. Votei, naquele momento, para que o Fórum Comunitário fosse instalado, pois queríamos ver até onde ele seria efetivamente representativo. E o que vimos, como fruto deste processo, foi que propostas que haviam sido amplamente rejeitadas, durante o processo Estatuinte, apareceram como propostas aprovadas em seu produto final. Isto demonstrou que aquela nossa votação tinha uma razão de ser e foi amplamente confirmada pela própria atuação da Assembléia Estatuinte”[[20]](#footnote-20)[20].

 O processo Estatuinte não retornou ao Conselho Universitário, como previsto, nem em março de 92, nem de 93, nem de 94 e nem de 95. O desastre na condução do processo não permitiram que as lideranças do Movimento esboçassem qualquer reação, no sentido de garantir sua implementação neste período, e nem saber quando ocorrerá, e se de fato ocorrerá.

1. [1] Vice-Reitor Ivo Barbieri em entrevista ao Jornal “O Globo”, em 9/out/84. [↑](#footnote-ref-1)
2. [2] Boletim da ASDUERJ, no 25, março de 1990. [↑](#footnote-ref-2)
3. [3] Transcrito da Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Universitário do dia 30 de novembro de 1990, página 2 e 3. [↑](#footnote-ref-3)
4. [4] Transcrito da Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Universitário do dia 30 de novembro de 1990, página 3 e 4. [↑](#footnote-ref-4)
5. [5] Boletim da ASDUERJ, no 38, de 7/mar/91. [↑](#footnote-ref-5)
6. [6] Memorando no 76/FCM/91, de 1o de abril de 1991, assinado pelo Diretor da FCM, Homero Coutinho Salazar. [↑](#footnote-ref-6)
7. [7] “É melhor não ter Estatuinte”. In: Jornal Transparência, no 19, abr/91, página 2. [↑](#footnote-ref-7)
8. [8] “É melhor não ter Estatuinte”. In: Jornal Transparência, no 19, abr/91, página 2. [↑](#footnote-ref-8)
9. [9] Jornal do DCE-UERJ “O Indiscreto”, no 8, junho de 1991, página 5. [↑](#footnote-ref-9)
10. [10] O Estatuto da Estatuinte: Estrutura, Atribuições e Algumas considerações” feito por Ricardo Vieralves e Nilcéa Freire, em jul/91. [↑](#footnote-ref-10)
11. [11] Informativo do Celeiro, no 6, agosto de 1991, página 4. [↑](#footnote-ref-11)
12. [12] Esta fábula foi publicada em 4 de agosto de 1991. [↑](#footnote-ref-12)
13. [13] Matéria de autoria de Luis Fernando Freire Ramadon, publicada no dia 4/ago/91, no Jornal dos Sports - Educação, página 4. [↑](#footnote-ref-13)
14. [14] Boletim do DCE, em 7 de agosto de 1991. [↑](#footnote-ref-14)
15. [15] Boletim da ASDUERJ, no 39, 14 de agosto de 1991. [↑](#footnote-ref-15)
16. [16] Ata da Sessão Extraordinária do dia 27 de agosto de 1991, do Conselho Universitário, página 13. [↑](#footnote-ref-16)
17. [17] Boletim do DCE-UERJ, em 28 de agosto de 1991. [↑](#footnote-ref-17)
18. [18] Professor Roberto Abreu, em entrevista ao Informativo do Celeiro, no 7, setembro de 1991, página 4. [↑](#footnote-ref-18)
19. [19] Ata da Sessão Extraordinária do dia 30 de setembro de 1991, do Conselho Universitário, páginas 3 e 4. [↑](#footnote-ref-19)
20. [20] Ata da Sessão Extraordinária do dia 30 de setembro de 1991, do Conselho Universitário, páginas 19 e 20. [↑](#footnote-ref-20)